

# XI Exame de Seleção de Estagiários de Graduação em Direito - PGE/RN

Data: 26/09/2021

Hora de início: 09:00 horário Brasília

Hora final: 11:00

Você terá 02:00 horas para responder a sua prova!

**ATENÇÃO:** Envie a sua prova até as 10:59 minutos. As 11 horas, em ponto, a plataforma será fechada e **NÃO** mais possibilitará o envio das provas.

A prova terá 20 (vinte) questões objetivas, cada uma valendo 35 (trinta e cinco) pontos, e 01 (uma) subjetiva (resposta com no máximo 20 linhas), valendo 300 pontos.

Lembre-se, a prova é individual e **SEM CONSULTA**, você **NÃO** poderá contar com a ajuda de terceiros!

Boa sorte!

---

## \*Obrigatório

### 1. E-mail \*

---

### 2. Informação sobre o Núcleo que deseja concorrer: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sede - Natal - RN

Pau dos Ferros - RN

Identificação do Candidato

Obs.: Preencha todos os campos com atenção.

### 3. Qual o seu nome completo? \*

---

4. Qual o seu CPF? \*

---

5. Qual o seu RG? \*

---

6. Qual a sua data de nascimento (dd/mm/aaaa)? \*

---

7. Qual o nome da sua mãe? \*

---

8. Qual o nome da instituição de ensino em que você estuda? \*

---

Questões  
Objetivas

Você deve escolher uma das alternativas. São 20 (vinte) questões, valendo 35 (trinta e cinco) pontos cada.

9. 1) \*

35 pontos

**Incluem-se entre os bens dos Estados:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) o mar territorial limitado ao litoral do seu território.
- b) os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- c) os potenciais de energia hidráulica.
- d) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- e) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

10. 2) \*

35 pontos

**Não é legitimado para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:***Marcar apenas uma oval.*

- a) O Presidente da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- b) O Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- c) O Presidente da República.
- d) O Procurador-Geral da República.
- e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

11. 3) \*

35 pontos

**De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma da Constituição Estadual que***Marcar apenas uma oval.*

- a) prevê que a Procuradoria Geral do Estado é orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público é inconstitucional.
- b) possibilita à Procuradoria Geral do Estado a elaboração de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias é inconstitucional.
- c) possibilita à Procuradoria Geral do Estado a iniciativa de leis sobre a Instituição é constitucional.
- d) prevê mandato de dois anos ao Procurador-Geral do Estado é constitucional.
- e) assegura aos Procuradores do Estado a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, é constitucional.

12. 4) \*

35 pontos

**Com base na Constituição Federal, é incorreto afirmar:***Marcar apenas uma oval.*

- a) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- c) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

13. 5) \*

35 pontos

**De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito das Funções Essenciais à Justiça:***Marcar apenas uma oval.*

- a) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral do Banco Central, observado o disposto em lei.
- d) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação de desempenho perante os órgãos próprios.
- e) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

14. 6) \*

35 pontos

**De acordo com o art. 5º da Constituição Federal, é incorreto afirmar:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo nos casos previstos na Constituição.
- b) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
- c) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- e) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

15. 7) \*

35 pontos

**Em uma ação cível ordinária movida em face do Estado do Rio Grande do Norte foi proferida sentença de procedência dos pedidos autorais. O Estado interpôs apelação, a qual foi desprovida pela Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. No entendimento da Procuradoria-Geral do Estado, o acórdão do TJRN negou vigência a lei federal. Para o caso, se preenchidos os demais requisitos exigidos, é cabível a interposição do seguinte recurso:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) agravo interno, a ser julgado pelo Tribunal Pleno do TJRN.
- b) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso especial, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) embargos infringentes, a serem julgados pelo Tribunal Pleno do TJRN.

16. 8) \*

35 pontos

**Uma ação em procedimento comum cível foi intentada em face do Estado do RN, pleiteando, em síntese, a emissão de certidão negativa em nome do autor. Após a citação e observado o procedimento administrativo interno de autorização, a PGE/RN, dentro do prazo legal para contestação, manifestou-se nos autos reconhecendo juridicamente o pedido do autor e já fornecendo a certidão negativa demandada pela parte. Nesse caso, em relação aos honorários advocatícios, a sentença deverá:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) Impor ao Estado do RN a obrigação de pagar os honorários sem qualquer redução, pois o art. 90 do CPC prevê que, proferida sentença com fundamento em desistência, renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
- b) Impor ao Estado do RN a obrigação de pagar os honorários reduzidos pela metade, pois o art. 90, §4º, do CPC prevê que, havendo reconhecimento do pedido e cumprimento da prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.
- c) Impor ao Estado do RN a obrigação de pagar os honorários fixados no percentual de 1% sobre o valor da causa, pois o art. 85 do CPC prevê os critérios objetivos exatos para definição das condenações em honorários sucumbenciais.
- d) Eximir o Estado do RN da obrigação de pagar honorários sucumbenciais, pois, tendo havido reconhecimento do pedido, não se configurou a sucumbência que ensejaria a condenação em honorários.
- e) Nenhuma das anteriores.

17. 9) \*

35 pontos

**A respeito da tutela provisória, à luz do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa INCORRETA:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- b) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- c) São requisitos para a concessão da tutela de urgência a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, enunciados nas expressões em latim “fumus boni iuris” e “periculum in mora”.
- d) Ao juiz não é permitido exigir caução real como condição para a concessão da tutela de urgência.
- e) A tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

18. 10) \*

35 pontos

**Sobre o valor da causa, à luz do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) Caso o réu não concorde com o valor atribuído à causa na inicial, poderá impugnar tal valor em preliminar da contestação, sob pena de preclusão.
- b) Quando a causa não tiver conteúdo econômico aferível não é necessário atribuir-lhe valor.
- c) Na ação indenizatória fundada apenas em dano moral o autor não precisa indicar como valor da causa o valor pretendido a título de indenização, podendo indicar qualquer valor, apenas para fins formais.
- d) Na ação em que há cumulação de pedidos, o valor da causa a ser indicado na inicial deve corresponder ao pedido de maior valor, e não à soma de todos os pedidos cumulados.
- e) O juiz não pode corrigir o valor da causa de ofício, só podendo realizar tal correção se houver impugnação da parte ré.

19. 11) \*

35 pontos

**Acerca da conexão, assinale a alternativa correta:***Marcar apenas uma oval.*

- a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido e a causa de pedir.
- b) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- c) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver transitado em julgado.
- e) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

20. 12) \*

35 pontos

**De acordo com o Código de Processo Civil, incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:***Marcar apenas uma oval.*

- a) Fatos extintivos do direito do autor.
- b) Fatos modificativos do direito do autor.
- c) Incompetência absoluta.
- d) Suspeição do magistrado.
- e) Prescrição.



21. 13) \*

35 pontos

**Nos termos do Código de Processo Civil, duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, salvo quando:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- b) entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- c) as partes optarem por um mesmo juízo que decida em conjunto as demandas.
- d) ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- e) todas as alternativas anteriores estão erradas.

22. 14) \*

35 pontos

**Nos termos do Código de Processo Civil, inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) 48 (quarenta e oito) horas
- b) 72 (setenta e duas) horas
- c) 5 (cinco) dias
- d) 10 (dez) dias
- e) 15 (quinze) dias

23. 15) \*

35 pontos

**Sobre os serviços Públicos, assinale a alternativa correta:***Marcar apenas uma oval.*

- a) Os serviços de fornecimento domiciliar de água e de energia elétrica são classificados como *uti universi* visto serem prestados à coletividade em geral.
- b) Embora previsto na legislação ordinária, o princípio da generalidade não se encontra expressamente consagrado na Constituição Federal
- c) Por serem de interesse público, os serviços sociais só poderão ser prestados por entidades de direito público, vedada a convivência com a iniciativa privada
- d) O serviço de transporte público é considerado como serviço público próprio.
- e) Segundo o STJ, o Código de Defesa do consumidor é plenamente aplicável aos serviços de saúde prestados por hospitais públicos.

24. 16) \*

35 pontos

**Paulo da Silva, empresário regularmente constituído com estabelecimento empresarial no Município de Caicó, teve deferida autorização para explorar determinada atividade econômica naquela localidade. Ocorre que, após mudança legislativa, a atividade exercida por Paulo passou a ser proibida na circunscrição do Município. No caso é correto afirmar que o referido ato administrativo será extinto por meio da:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) Renúncia
- b) Cassação
- c) Revogação
- d) Anulação
- e) Caducidade

25. 17) \*

35 pontos

**Sobre a organização administrativa, marque a alternativa correta:***Marcar apenas uma oval.*

- a) as empresas públicas são necessariamente constituídas sob a forma de sociedade anônima.
- b) as agências reguladoras são autarquias dotadas de regime jurídico especial que lhes confere uma autonomia reforçada em relação ao ente estatal que as criou.
- c) os empregados das empresas estatais gozam de estabilidade.
- d) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas para o exercício de atividades econômicas.
- e) as agências executivas possuem natureza jurídica de direito privado

26. 18) \*

35 pontos

**Segundo a Lei 8.666/93, a licitação será dispensável, exceto:***Marcar apenas uma oval.*

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- e) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

27. 19) \*

35 pontos

**Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) O ato administrativo imperfeito existe, mas é ineficaz.
- b) O ato administrativo pode ser perfeito, válido, mas ineficaz.
- c) O ato administrativo perfeito, inválido e ineficaz ainda não concluiu o ciclo de formação.
- d) O ato administrativo inválido está sob condição suspensiva
- e) O ato administrativo válido é sempre perfeito.

28. 20) \*

35 pontos

**São formas de convalidação do ato administrativo:**

*Marcar apenas uma oval.*

- a) Revogação, reforma e conversão.
- b) Revogação, ratificação e conversão.
- c) Ratificação, reforma e conversão.
- d) Confirmação, ratificação e conversão.
- e) nenhuma das anteriores

Questão  
subjativa

A resposta deverá ter, necessariamente, o máximo de 20 (vinte) linhas. Vale 300 pontos.

29. Qual a diferença entre conexão e litispendência? \*

300 pontos

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários